



III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULT | ESTUDOS EM CULTURA



A REPRESENTAÇÃO DO EU MODERNIZADOR NOS CINEJORNALS DA SANI FILMES: EM CARTAZ O PREFEITO TRANSFORMADOR E A CIDADE RENOVADA.

Rafael Henrique Costa Santos de Jesus
(Mestrando em História - UFBA; rafahenriqq@gmail.com)

RESUMO

A imagem histórica de Antonio Carlos Magalhães está intimamente ligada à modernização urbana ensejada em Salvador, a partir de 1967, quando ele assume a prefeitura da capital. Essa pesquisa busca evidenciar os mecanismos de promoção dessa imagem de modernizador, através dos cinejornais, da produtora SANI FILMES, que na época, fazia a cobertura de grande parte das obras da prefeitura, divulgando-as a posteriori, nas salas de cinema. Pretende-se evidenciar o papel destacado dessa mídia, na construção de uma determinada representação política, em uma época na qual o cinema ainda era indubitavelmente o grande veículo de comunicação de massas, no estado.

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a temática dos cinejornais baianos e sobre as representações discursivas construídas por esses veículos acerca da modernização urbana, engendrada em Salvador, sob os auspícios do prefeito Antonio Carlos Magalhães, no período que vai do ano de 1967 ao ano de 1970.

Trata-se de um estudo sobre as imagens da Política e dos políticos, através das quais se procura estudar a cultura política de uma determinada conjuntura, a partir dos conteúdos e formas de "atuação" exibidos para o grande público.

A política é indubitavelmente um dos mais férteis terrenos para o estudo dos rituais de representação. O exercício do poder requer a construção de uma “fachada”, que de acordo com o psicólogo social Erving Goffman,¹ relaciona-se com o conjunto de encenações concernentes a uma determinada identidade pública. Nessa linha, o autor trabalha com a metáfora do teatro social, no qual os indivíduos desempenham um determinado papel, baseado, na crença coletiva acerca da legitimidade do papel desempenhado.

Em se tratando das reportagens cinematográficas, exibidas nos cinejornais, os “papéis” representados por esses “atores políticos”, nos permitem auscultar o tipo de conteúdo norteador da práxis política de um tempo. A recorrência de certas temáticas representadas serve como índice, a partir do qual é possível fazer inferências sobre aquilo que se crê como realmente digno da boa imagem política. A escolha reiterada por certos enquadramentos temáticos revela, em grande medida, os consensos programáticos entre a Representação política e sua audiência.

Os cinejornais, enquadrados na categoria dos “complementos nacionais” da cinematografia brasileira, eram pequenos documentários que costumeiramente funcionavam como registradores e veiculadores de eventos cívicos e políticos. Já há algum tempo, alguns políticos faziam uso sistemático desses veículos de comunicação, entre os quais se destacam Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e alguns políticos baianos, como o prefeito de Salvador, Durval da Neves Rocha (1938 - 1942); além de alguns governadores baiano, como o governador interventor Landulpho Alves (1938 -1942) e o governador Octávio Mangabeira (1947 – 1951).

Durante os anos das prefeituras de ACM, as câmeras do cineasta Oscar Santana, produtor dos cinejornais da SANI FILMES, documentaram toda a efeméride de obras executadas na capital, ajudando a fabricar² no imaginário social baiano, não só o signo da Salvador Moderna, mas principalmente o signo do político modernizador, que passou a compor o apanágio simbólico do Carlismo.

Tais edições cinematográficas, com o formato de reportagens jornalísticas, exibiam, nas salas de cinema, a “nova face de Salvador³”, transformada pela ação modernizante do jovem prefeito. A

¹ Goffman, Erving. *Representação do Eu na vida cotidiana*, 13. Ed. , Petrópolis –RJ, Vozes, 1999.

² Utiliza-se aqui o conceito de fabricação, baseado no estudo de Peter Burke sobre a proeminência dos artistas na construção da imagem pública de Luís XIV, fabricada pelos artistas da Corte Francesa. No livro o autor destaca as imagens do Rei em campanha, contra Flandres, pintadas por Jean Lebrun e pelo pintor flamenco Van de Meulen. Tais representações do Rei Sol, como comandante de operações de guerra, em especial, contra os Países Baixos, são proficuamente descritas por Burke. Na Cultura Política do Antigo Regime, era necessário fazer reverberar a imagem do rei guerreiro, diferentemente da cultura política do século XX, na qual a imagem mais resplandecente é a do político “modernizador”.

³ Título da coleção de cinejornais sobre a Reforma Urbana.

entrega de novas pontes, praças e avenidas alargadas eram símbolos de um novo paradigma de gestão municipal, devidamente coadunado com o discurso desenvolvimentista vigente.

A prefeitura de ACM, iniciada em 1967, pôs em prática o projeto de reforma urbana preconizado, ainda na década de 1940, pelo engenheiro Mário Leal Ferreira. Este, fundador do EPUCS (Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador), já havia projetado, quase trinta anos antes da assunção de Antonio Carlos, a possibilidade de o município construir avenidas de vales como alternativa para desopilar o antigo centro histórico da cidade. A execução de tamanho empreendimento seria, por conseguinte, imortalizada pela insurgente cinematografia baiana, que fazia despontar para o mundo, àquela altura, os mais prodigiosos talentos, como o jovem Glauber Rocha.

Alçado à condição de prefeito pelo então presidente Humberto Castelo Branco, aos moldes do que o comunicólogo Gilberto Wildberger Almeida denominou, em sua tese de doutorado, de “amizades de resultado”⁴, ACM, o novo chefe da comuna (termo comumente usado na época pela imprensa para designar “prefeitura”), tratou logo de anunciar que faria uma revolução durante o seu mandato. Já um dia após a sua posse, a manchete do jornal Diário de Notícias, no dia 14 de fevereiro de 1967, expôs em letras grandes a seguinte frase: “Primeiro limpar, depois construir”⁵, bradada por Antonio Carlos, fazendo uma alusão explícita ao problema das invasões; em especial à de Ondina e à mais afamada de todas: O Bico de Ferro, situada onde, posteriormente à sua demolição, o prefeito construiria o Jardim dos Namorados.

A vontade de ACM de deixar uma marca indelével na memória coletiva da cidade, amalgamada com o suporte financeiro conseguido com o seu amigo e escudeiro, o Marechal Castelo Branco, impulsionaram Salvador a uma intensa alavancada. A grande amizade de resultado com o presidente militar levou o prefeito soteropolitano a embarcar no dia 21 de fevereiro de 1967 para o Rio de Janeiro, em busca de recursos federais. No dia 25 do mesmo mês, o Jornal A Tarde enuncia, na página 3, uma importante informação, que é chave para o objeto desse artigo: “ACM trouxe verbas para as obras da prefeitura”⁶. O jornal, entretanto, não conseguiu pescar do prefeito o montante da contribuição: Segundo a fonte, o prefeito optou por “... deixar para revelar em outra ocasião a grandeza do auxílio federal que conseguiu...”. ACM, ao se pronunciar ao periódico, escolhe somente elogiar a generosidade do presidente para com os baianos. “Mais uma vez o presidente Castelo

⁴ Em sua tese, sobre a relação de ACM com a política e a mídia na Bahia, o autor elabora esse conceito fazendo alusão às relações amistosas que renderam, ao ator político em questão, saltos qualitativos em sua trajetória.

⁵ A Tarde, 14-02-1967, Manchete

⁶ A Tarde, 25-02 -1967, p. 3

Branco atendeu aos interesses do estado e da prefeitura de Salvador. Volto feliz com o êxito da viagem e, posteriormente, poderei dar notícias detalhadas da ordem de grandeza do auxílio federal⁷”.

Outros indícios encontrados em notícias veiculadas na imprensa, no ano de 1967, corroboram a hipótese de que a prefeitura de Salvador manteve relações políticas muito amistosas com o governo federal; graças a essa relação interpessoal do presidente com o prefeito, ainda neófito. Encontramos, na página 3 da edição do dia 06 de março de 1967 do Jornal A Tarde, a notícia acerca de um convênio para a reforma geral da iluminação pública da cidade, estabelecido no dia anterior no Palácio Rio Branco, entre o município e a Eletrobrás. “O Governo da União entrou com um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros antigos, o Estado com 150 milhões e a prefeitura com 70 milhões⁸”. Mais à frente, na mesma notícia verificamos a informação de que entre as autoridades presentes nessa cerimônia, estava o presidente Castelo Branco e o seu ministro do Trabalho, que assinaram “embaixo” do convênio, como testemunhas do comprometimento da estatal com a iluminação da cidade. Como se vê, mais uma vez fica nítida a presença do chefe da Nação ratificando ações do prefeito de Salvador, através da intermediação junto aos órgãos federais.

No dia 09 de março de 1967, o Jornal A Tarde registra que ACM “irá assistir à posse do Presidente Costa e Silva, mas deixará Brasília para acompanhar, no mesmo avião, o Marechal Castelo de regresso à Guanabara⁹”. Novamente encontramos elementos que nos ajudam a crer que as grandes obras realizadas na cidade deveram-se a essa tutela política (“amizade de resultado”) por parte do Marechal; tendo em vista a endêmica dificuldade de arrecadação financeira do Município.

Salvador, a partir desses auxílios, passou a viver sob um regime frenético de transformações. Um conjunto de obras importantes começou a ser executado: abertura de vales, como o da Garibaldi e dos Barris, construção de pontes; tudo isso, é claro, sobre a ruína das invasões desmembradas, já que o prefeito havia dito que era necessário “limpar primeiro”.

ENTRA EM CENA OSCAR SANTANA E A SANI FILMES

Uma cidade que a todo tempo inaugura uma coisa nova é, sem sombra de dúvidas, um prato cheio para aqueles cineastas com faro jornalístico. Toda nova inauguração significava pauta para o cinejornalismo baiano, em especial para Oscar Santana, que havia fundado, desde 1961, a produtora de cinejornais SANI Filmes.

⁷ A Tarde, 25-02-1967, p. 3

⁸ A Tarde, 06-03-1967, p. 3

⁹ A Tarde, 09-03-1967, p.3.

Oscar Santana, em entrevista gravada pelo IRDEB para o documentário comemorativo dos 450 anos, “Salvador em película¹⁰”, declarou que era um cineasta “aspirante a arquiteto” e que toda aquela efeméride de grandes obras despertava nele um fascínio muito grande. Empolgado com a ação modernizante do prefeito, o jovem cinejornalista ia a campo produzir reportagens que seriam a posteriori exibidas nas salas de cinema de Salvador e de outras cidades do Brasil, já que esses vídeos costumavam circular.

Em uma dessas coberturas, A SANI Filmes documenta a inauguração da Avenida Cardeal da Silva, “nova artéria da cidade que ligará os bairros da Federação e do Rio Vermelho¹¹”. No filme, aparece o prefeito ACM desfilando em carro aberto, juntamente com o governador Luís Viana Filho e com o então arcebispo primaz do Brasil: o cardeal Augusto Álvaro da Silva, a quem o prefeito concede a homenagem. As câmeras captam uma multidão que se avoluma nas ruas para ver o prefeito, o governador e o cardeal. Acima de qualquer coisa, é destacado o intenso trabalho do prefeito que aparece posteriormente ao desfile, discursando efusivamente para a multidão.

Ao se descrever essa edição sobre a inauguração da Cardeal da Silva e as demais edições, que serão citadas ao longo do texto, pretende-se comprovar que esses cinejornais foram verdadeiros agentes da história, já que desempenharam um papel de destaque na profusão ideológica do conceito de modernidade baiana. Ao promoverem o registro e a divulgação do programa de reforma urbana, ensejado a partir de 1967, o cinejornalismo baiano forjou o próprio espetáculo da modernização da Bahia. Produziu a panacéia midiática da qual a Política Baiana necessitava para melhor convencer a população do momento venturoso vivido pelo estado e principalmente pela cidade.

Para compreender mais proficuamente a ação cognitiva fomentada por essa cinematografia, é necessário sinalizar alguns elementos importantes da comunicação na Bahia até essa década. O cinejornalismo era indubitavelmente, nesse período, uma prestigiada fonte áudio-imagética de informação, já que a televisão no estado era ainda uma tecnologia recente (a primeira transmissão se dera somente em 1960).

Ademais a incipiência da TV, outro fator é fulcral para evidenciar a relevância dos cinejornais: graças a um decreto do Governo Getúlio Vargas, as salas de cinema no Brasil conviviam, desde 1932, com a obrigatoriedade de exibir cinejornais antes da exibição da película em cartaz. Nesse escopo, a ida ao cinema tinha duas perspectivas: entretenimento e informação. A população brasileira e baiana já estava habituada a assistir a toda essa *mise en scene* política.

¹⁰ Salvador em película – Um século de Memória, Salvador: IRDEB, 1999.

¹¹ Cardeal da Silva é Avenida em Salvador. PMS / SANI Filmes, 1969

Descobrimos, como já foi citado anteriormente, protótipos de cinejornais políticos do período que vai do ano de 1938 ao ano de 1942; nos quais Landulpho Alves e Durval Neves da Rocha governaram o estado da Bahia e a cidade do Salvador, respectivamente.

Em 1938, foi produzido, por um autor desconhecido, o documentário “O Berço do Brasil, Baía Moderna¹²”; e em 1940, o documentário “Remodelação da Cidade de Salvador¹³”, por um cineasta chamado Ruy Galvão. Nas duas produções, já é possível verificar a contundente propaganda do conceito de modernidade, atribuído paradoxalmente à então província soteropolitana, que a essa altura não contava nem com meio milhão de habitantes.

No primeiro, o título “Baía Moderna” já denuncia esse esforço discursivo. Ademais, entre os pontos filmados, há um destaque dado ao moderno plano inclinado Gonçalves Dias, como indicativo de que a cidade possuía meios elétricos de transporte.

No segundo (Remodelação da Cidade de Salvador), é feita uma exibição bastante pormenorizada das melhorias urbanísticas promovidas pela prefeitura. Verifica-se fortemente, através da narração, o sistemático uso do termo “picaretas do progresso”, fazendo alusão à demolição de antigas construções para o alargamento de ruas. O então prefeito Durval Neves da Rocha é citado como o grande responsável por aquelas importantes demolições que conferiam uma feição mais moderna à urbes soteropolitana, principalmente por estar alargando ruas em uma época em que já era preciso adaptar as cidades para o trânsito de automóveis.

Outros filmes políticos foram produzidos nesse contexto estadonovista; em especial, filmes que destacavam o interventor Landulpho Alves (1938 – 1942) e o seu secretário de Educação, Isaías Alves, aplicando o plano nacional de educação cívica; que dentre muitos pontos, incluía a adoção do ensino de Educação Física¹⁴ nas escolas. Muitos foram os documentários destacando a ação firme do secretário no cumprimento dessa norma. Além disso, durante o governo de Landulpho, a Bahia recebeu duas visitas ilustres: a do próprio presidente Getúlio Vargas e a do seu ministro do Trabalho, Waldemar Falcão. Essas duas visitas renderam também dois documentários.

Registros cinematográficos de fatos políticos continuaram a acontecer na Bahia depois do Estado Novo. Merecem destaque os cineastas Alexandre Robatto e Leão Rozemberg.

Robatto, no ano de 1949, fez dois registros históricos importantíssimos: o Desfile Comemorativo dos 400 anos de Salvador e a passeata em homenagem “à volta de Ruy Barbosa”, cujo ataúde foi colocado no Fórum da Cidade. As câmeras destacam, em ambos os eventos, a

¹² O Berço do Brasil, Baía Moderna, autor desconhecido, 1938

¹³ Remodelação da Cidade do Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador - PMS / Ruy Galvão, 1940.

¹⁴ Filmes de caráter cívico, muitos dos quais exibindo os jovens enfileirados em datas especiais, como o Sete de Setembro; além de outros que exploraram a juventude cívica homenageando Caxias.

participação dos atores ilustres da Política Local, entre os quais, o então governador Octávio Mangabeira.

Leão Rozemberg, em 1948, documentou a recepção que o governador Octávio Mangabeira organizou no clube Baiano de Tênis para o presidente Eurico Gaspar Dutra. Durante a década de 1950, o fotógrafo e cineasta produziu alguns documentários sobre a Petrobrás, no Recôncavo, além de ter produzido o documentário “Da palavra aos fatos¹⁵”, no qual pontua a eficiência administrativa do governador Antonio Balbino. Na película é dado um enorme destaque ao início da construção da estrada Salvador-Feira, como símbolo do momento de prosperidade econômica que o estado vivia.

Tais produções, entretanto, ainda possuíam um caráter esporádico. Deviam-se muito mais ao empreendedorismo individual de alguns desses cineastas citados, do que a uma estrutura cinematográfica em formato empresarial. Faltava a esse projeto de Bahia Moderna uma indústria cinematográfica organizada, que não somente produzisse regulamente noticiosos audiovisuais, como também filmes de ficção de longa-metragem.

O marco inaugural do cinejornalismo profissional na Bahia é a produtora Iglu Filmes, fundada em 1959 pelos cineastas: Braga Neto, Élio Moreno Lima, Oscar Santana e Roberto Pires. A indômita vontade de produzir cinema na Bahia levou esses jovens a condensarem esforços no empreendimento de “Redenção”, que foi o primeiro longa-metragem baiano; roteirizado e dirigido por Roberto Pires, com a participação do cinegrafista Oscar Santana.

A produtora Iglu Filmes surge com o intuito estético de produzir filmes de longa-metragem, mas com o conceito pragmático de que era necessário produzir cinejornais, para que pudesse sobreviver financeiramente. Oscar Santana, em entrevista publicada no livro biográfico sobre Roberto Pires do jornalista Alex Góis, trata sobre essa questão: “Os cinejornais são o seguinte: para a gente sustentar o desejo de fazer longa- metragem, a gente tinha que viver de cinema. A gente foi fazer cinejornalismo, porque naquela época não tinha televisão¹⁶”.

Foi o suporte conseguido com a execução de cinejornais que possibilitou a Iglu Filmes apoiar, juntamente com o produtor Rex Schindler, a iniciativa de Glauber Rocha de fazer o filme “Barravento”. Pode-se afirmar que o sucesso do ciclo Baiano de Cinema deve-se, em grande medida, ao sucesso dos cinejornais.

Apesar dessa contribuição efetiva para a viabilização do Ciclo de Cinema de longa-metragem Baiano, não devemos situar a importância histórica da profissionalização dos cinejornais somente nesse ponto. Como bem sinalizou a pesquisadora de cinema Maria do Socorro Carvalho, em sua

¹⁵ Da Palavra aos Fatos. Governo do Estado da Bahia / Leão Rozenberg, 1956.

¹⁶ Góis, Alexis. *Roberto Pires: inventor de cinema*, Salvador, Assembléia Legislativa, 2009.

dissertação de mestrado, a publicação periódica de revistas cinematográficas com as “coisas da Bahia” era um imperativo para um estado que se pretendia moderno:

Essas iniciativas da Iglu preencheriam uma lacuna existente nos cinemas baianos: a falta de ‘noticiosos’ realizados na Bahia. Uma coisa considerada inadmissível, já que “outros centros de menor importância que o nosso” contavam com eles há muito tempo. Assim é somente com a Iglu que a Bahia passa a ter suas próprias ‘atualidades’.¹⁷

A autora continua, nesse trecho, a referenciar a importância histórica dos cinejornais da Iglu, ao citar que ainda no ano 1959, além de ter feito o longa-metragem “Redenção”, a produtora filmou o documentário “Nascido para Vencer”, narrando a vitória do Esporte Clube Bahia contra o Vasco, na semifinal da Primeira Copa Brasil e exibiu nos cinemas baianos, uma cobertura completa da inauguração de Brasília¹⁸, um dia depois do acontecimento.

Mesmo com todo o sucesso, Oscar Santana, em 1961, resolveu sair da Iglu e trilhar carreira solo; alegando divergências com os outros sócios. É dessa dissidência que surge a SANI Filmes, alvo do nosso interesse investigativo.

O *know-how* aprendido depois de dois anos trabalhando na Iglu e mais o tempo comandando as operações da SANI, faz com que Oscar chegue ao ano de 1967 como um verdadeiro expert na arte dos cinejornais. É esse sofisticado *modus operandis* no tratamento da linguagem cinejornalística que ele disponibiliza à história da cidade, através dos importantes registros.

A hipótese precípua entabulada aqui, nesse artigo, é a de que a narrativa apoteótica das obras de transformação de Salvador contribuiu decisivamente para ratificar o discurso modernizador ensejado pelo prefeito ACM e pelo grupo político o sustentava.

CINEJORNALIS E CULTURA POLÍTICA.

Uma parte considerável do apanágio simbólico construído por Antonio Carlos Magalhães, enquanto prefeito de Salvador deve-se à sequência obras durante o seu mandato. Paulo Fábio Dantas Neto corrobora a tese de que o título de “prefeito do século, concedido pela câmara, deveu-se muito a essa política por ele implementada:

¹⁷ Carvalho, Maria do Socorro Silva. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956 – 1961)*, Salvador, EDUFBA, 1999

¹⁸ Em conversa, com Oscar Santana, na sede da SANI Filmes, ele comentou sobre o apoio financeiro concedido pelo então governador da Bahia, Juracy Magalhães, para que os cineastas pudessem ter ido à Brasília de avião e retornado também da mesma forma. Foi justamente por conta dessa ajuda que o cinejornal com a inauguração da cidade, pôde ser transmitido no outro dia, nas salas de cinema de Salvador.

As obras estruturais do novo sistema viário (as chamadas avenidas de vale) foram as mais relevantes e as que conferiram ao prefeito o enfático título de “prefeito do século”, versão carimbada pelo Legislativo Municipal, do mesmo mote que, no dizer de radialista

Mais a frente, o cientista político chega a comentar que o prefeito houvera transformado as inaugurações de obras em “momentos mistos de celebração cívica e promoção pessoal.” Como se vê, o político empreendia um demiúrgico esforço para que se construísse no imaginário social um conceito profícuo, que o identificasse como o homem das “obras”.

É exatamente essa a imagem captada pelas câmeras de Oscar Santana. A imagem pública do político “cortando a fita” de mais uma inauguração. A imagem do político que acompanha e “orienta” os engenheiros na execução das obras. Nos cinejornais aparece a cara da cidade em transformação, sempre associada a um transformador, “que nada mais fazia além de cumprir com suas obrigações com a população”, como aparece no áudio do cinejornal sobre a inauguração da Cardeal da Silva.

Nesse sentido, estamos dialeticamente trabalhando o cinema de duas formas: como fonte documental para a nossa abordagem histórica sobre as performances dos atores políticos, em destaque; e como um genuíno agente da história, produtor de cognições e conceitos acerca do próprio momento histórico no qual está sendo elaborado.

Marc Ferro, ao desenvolver a definição historiográfica de “agente da história” para o cinema, comenta a intencional enxurrada de filmes com conteúdo antinazista que foram produzidos nos EUA durante a Segunda Guerra. No capítulo IV do seu livro *Cinema e História*, ele transcreve uma emblemática fala atribuída a Darryl F. Zanuck, que era chefe de um subcomitê estatal que estudava os “fatores de promoção da guerra.”: “Se vocês me acusarem de ser antinazista, estarão com a razão... E se me acusarem de produzir filmes que insistem sobre a necessidade de incrementar a defesa nacional, também terão razão¹⁹.”

O historiador francês trabalha com a hipótese de que essa ação ostensiva na produção de filmes com o teor antinazista colaborou decisivamente para a ratificação de uma opinião pública antinazista; necessária em um contexto no qual os governos precisavam justificar o envio de tropas para combater o Eixo.

Em se tratando do conteúdo reverberado pelos cinejornais brasileiros, a principal cognição a ser fomentada concernia à idéia de modernização. Nessa perspectiva, a pauta para o cinejornalismo

¹⁹ FERRO, MARC. *Cinema e história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

brasileiro tinha de ser “obras”, construções, de pontes, de usinas, estradas, ruas, etc. Essa tese fica muito clara para nós quando lemos outros estudos sobre a temática dos cinejornais e a política.

A historiadora Maria Leandra Bizello, que estudou os cinejornais produzidos pelo cineasta Jean Manzon, para Juscelino Kubitschek, destaca o privilégio dado à cobertura das inaugurações.

No ano de 1957, ao inaugurar a Usina Hidrelétrica de Peixoto entre Minas Gerais e São Paulo, no filme “Kilowatts para o progresso do Brasil, Juscelino, na sequência inicial está rodeado de políticos e personalidades, o tom grandiloqüente prossegue durante o filme que conta a história da construção da usina, tendo Juscelino desaparecido das sequências seguintes²⁰ (...)

Em outro trecho, a autora cita o documentário “O Nordeste não quer esmolas”, no qual o presidente Juscelino vai conferir “de perto” o problema da seca. No filme ele aparece caminhando, com feição austera e introspectiva, ao lado do Ministro Lúcio Meira, da Aviação Civil; como quem obstinadamente estudava qual deveria ser a intervenção necessária para a equação daquele problema histórico, no caso a seca nordestina.

No estudo realizado pela historiadora Daniela Siqueira, sobre a relação do prefeito Jorge Carone (gestor de Belo Horizonte de 1963 a 1965) com os cinejornais mineiros, verificamos citações semelhantes. A autora expõe a narração de um dos documentários contemplados no seu trabalho, no qual se vislumbra um contundente discurso de elogio à ação municipal em BH; principalmente no que tange à capacidade da prefeitura em agir com eficiência para modernizar a cidade: “Modernas máquinas estiveram em ação, centenas de toneladas de terras foram removidas, o asfaltamento da área atacada será imediatamente iniciado e mais alguns dias o trânsito do local estará livre do engarrafamento²¹”.

Mais reveladora ainda é uma entrevista citada na sua dissertação, na qual o cineasta Hélio Gagliardi, elaborador de pautas cinejornalísticas, na época, expõe os detalhes do modo como operava a filmagem dessas matérias:

O que eu sabia era o seguinte: o próprio cinegrafista, o próprio produtor, eles iam atrás do assunto quando sabiam que ia acontecer alguma coisa (...). Era feito desse jeito, não tinha nenhuma pauta ou coisa igual. Por exemplo, filmar a Semana Santa, uma cerimônia do sete de setembro, uma cerimônia

²⁰ Bizello, Maria Leandra. *Imagens Otimistas: Representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon – 1956 – 1961*, Campinas, UNICAMP, 1995

²¹ Siqueira, Daniela Giovanna. *Cenas de um Horizonte Político: O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais*, Belo Horizonte, UFMG, 2007

de carnaval, porque aparecia... Teve uma época de inauguração de armazéns populares, isso interessava o prefeito. O prefeito ia inaugurar o armazém e ia o cinegrafista, então ficava aquela velha imagem. O fundamental era pegar o prefeito com a tesoura cortando a fita. Se não filmasse isso tava perdida a coisa, então quando a coisa encaminhava pra isso que tinha lá, os discursos etc, etc, e a gente percebia que eles iam cortar a fita, parava tudo e corria pra o outro lado da fita. Às vezes até pedia pra autoridade manear um pouco, pra gente preparar a iluminação, pedia pra eles se cumprimentarem de novo, sabe, a gente está filmando aqui..., de repente um cara dá a mão pro outro e de repente um soltava a mão. A gente virava a câmera pra eles, e eles faziam de novo, faziam pra gente. (...) Isso tudo tinha que ser filmado, isso era obrigatório filmar, a linguagem era essa²².

Essas duas dissertações são de extrema importância para se pensar o quadro dos cinejornais brasileiros, desse contexto, não só por exporem a temática desenvolvimentista, mas por trabalharem uma categoria teórica e metodológica da máxima relevância para o estudo dessa fonte documental: o “Ritual de Poder”, desenvolvida por Paulo Emílio Sales, em estudo sobre o cinema mudo e os presidentes da Primeira República.

Segundo Maria Leandra Bizello, Paulo Emílio Sales define o “Ritual de Poder²³” como um elemento cristalizado à própria imagem do político, quando ele preside, inaugura, recebe estadistas, etc.

Nesse sentido, pensando o objeto da nossa pesquisa, é possível pensar que as sucessivas aparições de ACM (iniciando, fiscalizando e inaugurando obras) serviram para apresentar um “Ritual de Poder” para os munícipes. É nesse escopo, que usamos o conceito de fabricação, para apontar “a representação do eu ‘Modernizador’ no imaginário cotidiano da cidade”.

Nada mais emblemático para confirmar essa tese do que um desfile em plena Cardeal da Silva, com o Governador do Estado e Arcebispo Primaz do Brasil. De uma só vez, ritualizados para o grande público poder político e poder eclesial, tornando possível aquela empreitada.

O Cardeal Augusto Álvaro da Silva aparece em outra edição da SANI Filmes, quando o prefeito inaugura o Terminal de ônibus da Barroquinha no centro de Salvador. Após uma tomada panorâmica da obra pronta, a câmera foca nas figuras do prefeito e do Cardeal, que houvera sido convidado para aspergir água benta sobre aquela importante instalação. Mais uma vez, ambos os poderes cumprem seus rituais próprios: o prefeito executa e o cardeal benze, quase que numa

²² Siqueira, op. Cit., página 72

²³ Chave conceitual importante para pensar a historia cultural da Política Baiana, a partir da análise dos ritos, assistidos, através do cinema.

reedição metafórica da Cidade de Deus Agostiniana, na qual “uns rezam e outros trabalham”, sendo que neste caso, quem trabalha é o prefeito (“e muito!”) para desenvolver a cidade.

O prefeito é também o “ator” principal de mais duas importantes matérias: a inauguração do novo Dique do Tororó, na qual aparecem o prefeito e o governador; sentados, acompanhando o brilhante espetáculo das luzes que foram colocadas dentro do lago. O espetáculo de luzes é um elemento simbólico forte, principalmente em uma gestão que estava instalando muitas lâmpadas de mercúrio na cidade; graças ao supracitado convênio com a Eletrobrás, que ele mais tarde dirigiria. Em outra edição, o prefeito aparece discursando na inauguração do “Jardim dos Namorados”, que fora construído exatamente sobre a antiga invasão do “Bico de Ferro”. A narração desse documentário registra esse fato, elogiando a bravura do prefeito que estava tendo a coragem de enfrentar o problema das invasões; ofertando, no lugar dessas, praças bonitas como a que estava sendo entregue.

Destaca-se também a edição sobre o início das obras da Avenida Luís Viana Filho (Paralela). Nessas filmagens, é notória, como em outros casos, a posição subjacente de Luís Viana ao prefeito que, sem sombra de dúvidas, é o personagem principal da história. O governador aparece, na edição, indo verificar o bom andamento das obras feitas em sua homenagem. A representação de Luís Viana, nos documentários, é sempre aquém da imagem forte do prefeito. O governador aparece quase sempre como um mero coadjuvante, ratificador do dinamismo do gestor municipal.

Referências

ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. Política e mídia na Bahia (com ênfase na trajetória de Antônio Carlos Magalhães). Salvador, Faculdade de Comunicação - UFBA, 1999 (tese de doutorado)

BENJAMIM, Walter. *A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica*. In: *Magia e Técnica, arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 165 – 196

BLOCH, MARC. *Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

BIZELLO, Maria Leandra. *Imagens Otimistas: Representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon – 1956 – 1961*, Campinas, UNICAMP, 1995 (dissertação de mestrado)

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956 – 1961)*, Salvador, EDUFBA, 1999

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *A nova onda Baiana: cinema na Bahia (1958-1962)* – Salvador, EDUFBA, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre praticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa [Portugal]: Difel, 1990

DANTAS NETO, P. F. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRO, MARC. *Cinema e historia*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GOFFMAN ERVING. *Representação do Eu na vida cotidiana*, 13. Ed. , Petrópolis –RJ, Vozes, 1999.

GÓIS, Alexis. *Roberto Pires: inventor de cinema*, Salvador, Assembléia Legislativa, 2009.

SIQUEIRA, Daniela Giovanna. *Cenas de um Horizonte Político: O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais*, Belo Horizonte, UFMG, 2007 (dissertação de mestrado)